

## Desemprego em São Paulo diminuiu para 17% em junho

*Por outro lado, o varejo atacadista do Estado registrou fechamento de vagas no mês de maio; segundo especialista, a recuperação do setor deve ser mais lenta*

### **RENATO GHELFI • SÃO PAULO**

A taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) recuou para 17% em junho, após ficar em 17,4% no mês anterior. No sexto mês do ano passado, 18,6% das pessoas não encontravam emprego na região.

Assim, o grupo de desempregados perdeu 31 mil pessoas em junho, ficando com 1,88 milhão de indivíduos. É o que indica a Pesquisa de Emprego e Desemprego, divulgada ontem (25) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

A quantidade de trabalhadores ocupados na RMSP ficou em 9,19 milhões de pessoas, uma alta de 1,2% em relação a maio e de 1,2% na comparação com junho do ano passado.

Segundo o Dieese, a indústria de transformação e o setor de serviços puxaram esse avanço em junho.

O número de postos formais no setor privado cresceu 0,3% em junho, enquanto o grupo dos trabalhadores sem carteira avançou 8,1%.

Também avançaram os contingentes de trabalhadores no setor público (1,2%), de empregados domésticos (1,2%).

Entre abril e maio, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados subiu 0,7% e o dos assalariados, 1%.

Dessa forma, os salários recebidos por esses grupos, respectivamente, chegaram a R\$ 2.094 e R\$ 2.159.

# INFORME

## ***Varejo em queda***

Já a pesquisa de Emprego no Comércio Atacadista do Estado de São Paulo (PESP Atacado), divulgada ontem pela FecomercioSP, trouxe notícias menos animadoras. Em maio, o comércio atacadista da região fechou 271 vagas com carteira assinada em maio, depois de registrar resultados positivos por quatro meses consecutivos. Com isso, o setor ficou com 501.800 postos formais.

De acordo com o porta-voz do levantamento, a paralisação dos caminhoneiros foi o principal motivo para a retração do emprego em maio. “O desabastecimento afetou muito a atividade atacadista do Estado, principalmente o segmento de alimentos e bebidas paulista”, afirmou Jaime Vasconcellos, assessor econômico da FecomercioSP.

Segundo ele, a tendência é que os próximos resultados do varejo paulista sejam mais fracos do que apontavam as estimativas no começo do ano. “A greve [dos caminhoneiros] reduziu a confiança dos empresários, que devem investir menos no curto prazo.”

Vasconcellos ressaltou, contudo, que o saldo de empregos continua positivo neste ano, somando cerca de quatro mil vagas. “Entre 2015 e 2016, foram perdidos 25 mil postos, mas, em 2017 e no começo de 2018, foram recuperados 10 mil empregos”, acrescentou o especialista.

Já na comparação entre maio deste ano e igual período de 2017, houve um avanço de 2% no número de vagas formais no varejo atacadista de São Paulo.

## ***Recuo na capital***

Na cidade de São Paulo, foram fechadas 150 vagas em maio, reduzindo o contingente do setor a 207.956 trabalhadores formais. A queda foi puxada pelos segmentos de materiais de construção e equipamentos de uso pessoal. Em relação ao quinto mês de 2017, entretanto, foi vista alta de 1,2% nos postos paulistanos.

Realizada com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, a PESP Atacado viu recuos do emprego no varejo atacadista de oito das 16 regiões analisadas no Estado.

(Fonte: DCI – 26/07/2018)

2

## O novo trabalho e a nova Previdência Social

*Na Europa, em média, 20% das pessoas já trabalham em tempo parcial*

**José Pastore, O Estado de S.Paulo**

O emprego tradicional envolve um contrato entre um único empregado e um único empregador. É realizado em tempo integral e por prazo indeterminado, sobre o qual incidem contribuições mensais de empregados e empregadores que sustentam a Previdência Social.

Embora esse tipo de emprego continue sendo o principal modo de trabalhar, crescem no mundo inteiro novas modalidades de trabalho: tempo parcial, temporário, intermitente, casual, sazonal, por prazo determinado, comissionado, por projeto, terceirizado, compartilhado, a distancia, home work, teletrabalho, por conta própria, sob medida, em plataformas, autônomo solo, autônomo com empregados, autônomo dependente e várias outras.

Na Europa, em média, 20% das pessoas já trabalham em tempo parcial. Na Holanda, Áustria, Escandinávia e Suíça são 40%. No Canadá, Israel e Nova Zelândia, 33%. Nos EUA, 25%. No Japão, 30%.

Para o Brasil, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima 16%. Nos EUA, 8,5% das pessoas trabalham como contratantes autônomos de serviços especializados; 3%, como terceirizados; 3%, on demand; e 2%, como temporários. Ao lado deles, aumenta de forma expressiva o trabalho em tempo parcial, o compartilhado, o teletrabalho, o gig work e o realizado em plataformas digitais.

Na Europa, 12% em média das pessoas exercem trabalhos temporários. Em Portugal, Polônia e Espanha são 20%. Na Coreia do Sul, 19%. Na Ásia há variações de 24% (Filipinas) até 67% (Vietnã). No Brasil são cerca de 10%.

As tecnologias modernas (digitação, robotização, inteligência artificial, impressão 3D, biotecnologia, engenharia genética e outras) aceleram o uso das novas modalidades de trabalho.

De modo geral, tais modalidades são fluidas, voláteis e menos seguras. Ao longo da mesma carreira, é comum a migração de uma modalidade para outra, num contínuo

# INFORME

zigzague em que o profissional trabalha ora como empregado fixo, ora como terceirizado, ora como autônomo dependente, ora como autônomo solo, etc. Tais mudanças colocam um grande desafio ao financiamento da Previdência Social, que tem de buscar recursos em modalidades de trabalho cambiantes e complexas.

Ocorre que as pessoas que estão nessas modalidades de trabalho correm os mesmos riscos dos trabalhadores em geral e precisam de proteção na hora do desemprego, da aposentadoria, da doença e da morte. Ou seja, precisam da Previdência Social.

O grande desafio para a Previdência Social é o de arrecadar contribuições dos que militam nessas modalidades de trabalho. Nas nações avançadas começam a surgir soluções. Dezoito países da União Europeia promoveram reformas para melhor enfrentar esse desafio.

Hoje em dia, há países que obrigam os autônomos a se registrar e recolher contribuições a programas públicos ou privados de Previdência Social.

Os contratantes de seus serviços exigem a comprovação da filiação previdenciária. Outras formas estão sendo testadas, em especial as que protegem os indivíduos e não os empregos. Sim, porque as novas modalidades de trabalho requerem programas sob medida e com portabilidade.

O trabalhador pode passar de autônomo a empregado e voltar a ser autônomo ao longo da vida, mas estará sempre protegido.

O adiamento da discussão da reforma da Previdência Social no Brasil abriu a oportunidade para discutir essa nova realidade e para promover mudanças na PEC 287 com vistas a garantir recursos para o INSS e para programas privados de Previdência Social baseados no sistema de capitalização.

Abre-se assim uma nova e importante discussão.

**PROFESSOR DA USP, PRESIDENTE DO CONSELHO DE EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO DA FECOMERCIO-SP E MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS**

(Fonte: Estado de SP – 26/07/2018)